

Prioridade para a saúde

JORNAL DE BRASÍLIA AGNELO QUEIROZ

7661 84W 5 0

Todo ano a história se repete. Mudam apenas os personagens. Governos e ministros, especialmente o da Fazenda, fazem verdadeiras declarações de amor à Saúde e anunciam investimentos prioritários nesta área. Difere unicamente a eloquência dos discursos. No entanto, quando se analisam as propostas orçamentárias verifica-se que tudo não passa de uma mesma e banal encenação, ou seja, não há recursos.

O resultado não é somente previsível, é visível. Visível no deplorável estado em que se encontram as instituições públicas de saúde e nas precaríssimas condições de sobrevivência do povo. As epidemias de cólera e meningite avançam rapidamente; a Aids não respeita limites; o bócio endêmico ressurgiu ameaçador; a desnutrição se difunde por todo o território nacional, intensificando agravos e aumentando a mortalidade; a leishmaniose está em fase de expansão; a avitaminose A debilita e cega contingentes crescentes da população.

Enquanto isso, os brasileiros esgotam seus dias em filas intermináveis na busca do atendimento médico-hospitalar essencial à recuperação da sua saúde. Os hospitais públicos estão abarrotados de enfermos graves, e os seus corredores são improvisados em anárquicas enfermarias para acolher os doentes agonizantes. Os profissionais de saúde chegaram ao fundo do poço do aviltamento, recebendo uma remuneração indigna e praticando o atendimento ao público em condições técnicas inaceitáveis.

A verdade traduzida pelos números atesta o desrespeito das autoridades da área econômica para com a vida e o bem-estar do povo. Note-se que, em 1989, o País dedicou à saúde 2,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Foi o maior investimento nesta área, em toda a nossa história. Ficamos, entretanto, muito aquém de países como a França, que aplica em saúde 9% do seu PIB, ou dos Estados Unidos que investem 12% do PIB nesse setor.

Mas, o descaso não termina aí. Em 1992, reduzimos para 1,6% a proporção do nosso PIB que foi aplicada na promoção, proteção e recuperação da saúde dos brasilei-

ros. As cifras per capita são ainda mais demonstrativas do descalabro. Em 1989 investíamos anualmente cerca de US\$ 80 per capita nessas atividades. No ano de 1993, passamos para US\$ 40 e, em 1994, a vigorar a proposta orçamentária da atual equipe econômica, a saúde de cada brasileiro disporá de pouco mais de US\$ 20 para o custeio e os investimentos que lhe são imprescindíveis.

Essa é a verdadeira razão do caos que se instalou no sistema de saúde brasileiro. Tudo o mais é conversa fiada. É escapismo. É embromação.

As necessidades orçamentárias para a manutenção, em nível apenas razoável, dos cuidados à saúde da nossa população, no presente exercício, são de US\$ 14 bilhões, conforme esclarece o Ministério da Saúde, órgão responsável pelo comando do setor. Se tudo correr bem com a aprovação do Fundo Social de Emergência e as outras fontes incertas de receita para a saúde, esse ministério contará, efetivamente, com US\$ 8 bilhões para cobrir despesas de 14 bilhões. Não é preciso ser alarmista para prenunciar a catástrofe que se reserva ao País através desta vergonhosa manobra.

Alegar falta de recursos é subestimar a inteligência do cidadão, que vem acompanhando a euforia com que os órgãos arrecadadores de impostos estão registrando o seu desempenho superavitário de US\$ 4 bilhões. Não há, pois, falta de recursos, nem de discursos. Falta mesmo é compromisso com os interesses maiores do povo brasileiro.

Pensar que tal atitude é meramente casual ou circunstancial é, por outro lado, equívoco primário. Tudo isso tem finalidade. É certamente projeto das elites e, consequentemente, do Governo que as representa. Trata-se de torpedear o Sistema Único de Saúde a fim de que a população veja-se compelida a aderir os planos privados de assistência médico-hospitalar, que prosperaram vertiginosamente nos últimos anos. São hoje 35 milhões de brasileiros que se deixaram enganar por esta estratégia. A meta prevista é de 66 milhões de habitantes pagando um plano privado de saúde, conforme estudo encomendado a

empresa especializada, por proprietários desses planos e, segundo se comenta, pelo próprio ex-ministro da Previdência, Antônio Brito. Só pode ser por esse motivo que, durante toda a sua gestão, a Previdência Social deixou de repassar ao Ministério da Saúde os 30% que lhe cabiam dos recursos arrecadados, no quadro da Seguridade Social, conforme determina a Constituição.

Aí está, sem dúvida, o projeto neoliberal inconfessável e em curso para a saúde pública do nosso País. Visa destruir o Sistema Único e forçar uma grande parcela do nosso povo a sacrificar sua já sofrida economia doméstica, para enriquecer os empresários que vendem assistência médica como se fora mera mercadoria para rendosas transações. Daí a resistência da equipe econômica em assegurar, para 1994, os recursos orçamentários essenciais ao fortalecimento das instituições públicas de saúde do País. Tudo é muito coerente.

A sociedade brasileira precisa estar atenta diante da dissimulação oficial dos seus governantes. Sem investimentos públicos maciços nas atividades de saúde, a Nação vai perdendo, de forma irrecuperável, as condições de exercer sua própria soberania.

Não se constrói uma economia estável com homens doentes. A promoção, proteção e recuperação da saúde dos brasileiros têm que ser a prioridade absoluta para os nossos governos. Sem desvios, nem meias palavras.

Esta prioridade não será, contudo, concedida generosamente pela elite dominante, que a deseja. Será indispensável conquistá-la através da luta democrática, mediante a conscientização da sociedade e a mobilização de suas forças organizadas.

Não dá mais para esperar. Ou alcançamos ativamente essa conquista, ou terminaremos dizendo como Giordano Bruno, às vésperas de ser queimado na fogueira da inquisição: "Acreditar na boa intenção dos poderosos, quanta ingenuidade!".

■ Agnelo Queiroz é deputado distrital pelo PC do B/DF